



**Cargo 8: Técnico Judiciário**  
**Área: Administrativa**  
**Especialidade: Taquigrafia**



## Instruções Gerais

# Prova **A**

**Caro Candidato:**

Leia com atenção e cumpra rigorosamente as seguintes instruções. Elas são parte da prova e das normas que regem este Concurso Público.

1. O Caderno de Questões contém **60 questões objetivas** a serem respondidas. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo, verificando se está completo. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. O Caderno de Questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos (cálculos, desenhos etc.), a fim de concluir pelas respostas às questões formuladas.
3. O tempo de duração desta prova é de **3 horas e 30 minutos (3h 30 min)**, incluída a leitura da instruções e o preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas).
4. Não será permitida a saída definitiva do candidato da sala antes de transcorrida uma (1) hora do início da prova.
5. Cada questão oferece **5 alternativas de resposta representadas pelas letras a, b, c, d e e, sendo somente uma correspondente à resposta correta**.
6. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
7. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
8. No **CARTÃO DE LEITURA ÓPTICA PERSONALIZADO (CARTÃO DE RESPOSTAS)**, você deve preencher totalmente apenas **uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, com caneta de ponta grossa azul ou preta, suficientemente pressionada**, conforme instrução contida no cartão.
9. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala o **CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente assinado**, sem amassá-lo ou dobrá-lo, **porquanto ele é insubstituível**. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até a entrega do Cartão de Respostas pelo último candidato.
10. **É importante que o candidato na devolução do seu Cartão de Respostas, ao final da sua prova, assine a listagem que atestará a entrega do mesmo.**
11. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada, ou que vier com outra assinalação que não a prevista no item 9, **é nula**.
12. O Gabarito Preliminar da prova será divulgado no site [www.conesul.org](http://www.conesul.org) em até cinco dias úteis.

**BOA PROVA!**



# Conhecimentos Básicos

## INSTRUÇÃO: AS PRÓXIMAS DOZE QUESTÕES REFEREM-SE AO TEXTO A SEGUIR.

TSE define regras de direito de resposta para eleições de 2010

Processos poderão chegar ao tribunal por ação de qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mudou de 24 horas para três dias o prazo para apresentação de recursos originados de representação. A decisão foi tomada na \_\_\_\_\_ de hoje, com a aprovação da instrução que trata dos prazos e regras para as representações, reclamações e pedidos de respostas referentes às eleições 2010. De acordo com o documento, os processos poderão chegar ao tribunal por ação de qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público. Também está prevista a designação de juízes auxiliares para atuar nesses processos até a diplomação dos eleitos. As representações serão encaminhadas ao TSE no caso de eleição presidencial e aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), nas eleições estaduais e distritais.

O TSE também definiu que no caso de pedido de resposta na imprensa escrita, a solicitação deve ser feita até 72 horas depois da veiculação da ofensa. Se o pedido for aceito, a resposta deverá ser publicada no veículo impresso até 48 horas após a decisão judicial, ocupando igual espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa. Se o jornal ou revista não for diário, a resposta deverá ser divulgada na primeira edição que circular. Em relação ao rádio e a televisão, o pedido de resposta deverá ocorrer em até 48 horas a partir da veiculação da ofensa.

O pedido precisará estar acompanhado da transcrição do trecho considerado ofensivo ou inverídico. Se o pedido for aceito pela Justiça Eleitoral, a resposta deverá ir ao ar até 48 horas depois da decisão em tempo igual ao da ofensa, nunca inferior a um minuto. Já no caso do horário eleitoral gratuito, o pedido deverá ocorrer no prazo de 24 horas, contado a partir da veiculação do programa. O pedido deverá especificar o trecho considerado ofensivo ou inverídico e conter a mídia da gravação do programa, acompanhada da respectiva \_\_\_\_\_. Se o pedido for aceito, o ofendido usará, para a resposta, tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a um minuto.

A resposta será divulgada no horário destinado ao partido político ou coligação responsável pela ofensa, devendo se restringir aos fatos nela veiculados.

Se o tempo reservado ao partido político ou à coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, a resposta será levada ao ar tantas vezes quantas forem necessárias para a sua complementação. Mas, no caso de o ofendido ser candidato, partido político ou coligação que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído do respectivo programa eleitoral o mesmo tempo. Em caso de terceiros, ficarão sujeitos \_\_\_\_\_ suspensão de igual tempo em eventuais novos pedidos de resposta e \_\_\_\_\_ multa de R\$ 2.128,20 a R\$ 5.320,50.

De acordo com o TSE, a campanha eleitoral pela internet, também terá direito de resposta. No caso de a Justiça Eleitoral concordar com o pedido, a res-

posta será divulgada no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica e tamanho usados na ofensa. O prazo para a resposta é de até 48 horas após a entrega da mídia com a resposta do ofendido. Essa resposta ficará disponível para ser consultada pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva. Os custos de veiculação da resposta correrão por conta do responsável pela propaganda original.

AGÊNCIA BRASIL

Adaptado de: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/>.

Acesso em: 21 dez 2009.

1. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas do texto.

- a) seção – degravação – a – a
- b) sessão – degravação – à – à
- c) sessão – desgravação – a – à
- d) secção – degravação – à – a
- e) sessão – desgravação – à – a

2. Analise as afirmativas sobre o primeiro período do segundo parágrafo.

- I. A expressão “no caso” deve ficar entre vírgulas para atender à prescrição da norma culta.
- II. A locução “depois da veiculação da ofensa” pode ser deslocada para o início do período, sem que isso cause problemas para o significado da frase.
- III. Deve ser acrescentada uma vírgula logo após “que” para que a expressão “no caso de pedido de resposta na imprensa escrita” fique entre vírgulas.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) Apenas a II e a III.

3. Assinale a alternativa em que o “se” não pertença à mesma classe gramatical dos demais.

- a) “Se o pedido for aceito” (2º parágrafo)
- b) “Se o jornal ou revista não for diário” (2º parágrafo)
- c) “Se o pedido for aceito pela Justiça eleitoral” (3º parágrafo)
- d) “devendo se restringir aos fatos nela veiculados” (4º parágrafo)
- e) “Se o tempo reservado ao partido político ou a coligação” (5º parágrafo)

4. Analise as propostas de reescrita para o primeiro período do terceiro parágrafo.

- I. A transcrição do trecho considerado ofensivo ou inverídico deverá acompanhar o pedido.
- II. O trecho considerado ofensivo ou inverídico precisará estar acompanhado do pedido.
- III. O trecho considerado inadequado precisará acompanhar o pedido.

Qual(is) delas **não** acarretaria(m) danos à precisão da informação veiculada no texto?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II e III.

5. Se, no período “Já no caso do horário eleitoral gratuito, o pedido deverá ocorrer no prazo de 24 horas, contado a partir da veiculação do programa.”, o substantivo destacado foi passado para o plural, quantas outras modificações serão necessárias na frase para ajustes de concordância?

- a) Uma.
- b) Duas.
- c) Três.
- d) Quatro
- e) Cinco.

6. O tempo verbal predominante no terceiro parágrafo é o

- a) presente do indicativo.
- b) futuro do subjuntivo.
- c) futuro do pretérito do indicativo.
- d) presente do subjuntivo.
- e) futuro do presente do indicativo.

7. Assinale a alternativa em que a palavra, quando estiver na sua forma singular, deverá ser acentuada graficamente.

- a) juízes
- b) caracteres
- c) veiculados
- d) vezes
- e) novos

8. Analise os trechos a seguir.

- I. “com a aprovação da instrução que trata dos prazos e regras para as representações, reclamações e pedidos de respostas referentes às eleições”
- II. “O TSE também definiu que no caso de pedido de resposta na imprensa escrita, a solicitação deve ser feita até 72 horas depois da veiculação da ofensa.”
- III. “a resposta deverá ser divulgada na primeira edição que circular.”
- IV. “partido político ou coligação que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído do respectivo programa eleitoral o mesmo tempo.”

Em qual (is) delas a palavra destacada é conjunção integrante?

- a) Apenas na I.
- b) Apenas na II.
- c) Apenas na III.
- d) Apenas na II e na IV.
- e) Apenas na I, III e IV.

9. Assinale a afirmativa que apresenta uma oração subordinada reduzida de infinitivo.

- a) “Processos poderão chegar ao tribunal por ação de qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público.”
- b) “a solicitação deve ser feita até 72 horas depois da veiculação da ofensa.”
- c) “o pedido de resposta deverá ocorrer em até 48 horas a partir da veiculação da ofensa.”
- d) “que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa”
- e) “Os custos de veiculação da resposta correrão por conta do responsável pela propaganda original”

10. Assinale a expressão preposicionada que não seja exigida por um nome.

- a) para apresentação de recursos (1º período – 1º parágrafo)
- b) da instrução (2º período – 1º parágrafo)
- c) dos prazos e regras (2º período – 1º parágrafo)
- d) de qualquer partido político (3º período – 1º parágrafo)
- e) de resposta (1º período – 2º parágrafo)

11. Pelas características que apresenta, o texto é

- a) um artigo de opinião.
- b) uma dissertação argumentativa.
- c) uma crônica.
- d) uma notícia.
- e) uma narração literária.

12. O objetivo do texto é \_\_\_\_\_ as regras de direito de resposta para as eleições de 2010.

- a) definir
- b) comentar
- c) discutir
- d) criticar
- e) informar

**INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES A SEGUIR REFEREM-SE À REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL.**

13. A definição de **ata** é


- a) resumo escrito dos fatos e decisões de uma assembleia, sessão ou reunião para um determinado fim.
- b) correspondência tradicionalmente utilizada por empresas comerciais.
- c) correspondência por meio da qual alguém se dirige a várias repartições ou pessoas.
- d) ficha de registro de reunião.
- e) trabalho cuidadoso e exaustivo sobre determinado assunto.

14. Assinale a única característica que **não** se aplica a um parecer.
- análise de um caso
  - solução favorável ou contrária
  - interpretação de fatos
  - justificativa por meio de dispositivos legais.
  - informações sobre um caso.
15. O documento por meio do qual se expõem os resultados de atividades variadas é
- ofício.
  - monografia.
  - relatório.
  - memorando.
  - carta oficial.

### Noções de Informática

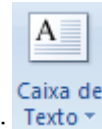
Para responder as questões de **informática** considere que os programas mencionados estão com a configuração padrão em português, e que possuem licença de uso, e que o mouse está configurado para destros, e ainda que um clique ou duplo clique correspondem ao botão esquerdo do mouse. Logo, os menus, submenus e teclas de atalho, possuem também a configuração padrão.

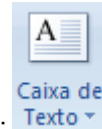


16. O botão  localizado na barra de ferramentas padrão do Writer, programa do BrOffice 3.1, é chamado de
- Quebra de página
  - Zoom
  - Visualizar impressão
  - Modo exibição Normal
  - Quebra de sessão
17. Qual é a função do Software Windows XP?
- Gerenciar os hardwares de um computador
  - Gerenciar os softwares de um computador
  - Gerenciar somente os hardwares exclusivamente de entrada de dados de um computador
  - Gerenciar somente os hardwares exclusivamente de saída de dados de um computador
- Quais estão **corretos**?
- Somente o II e o III
  - Somente o III e o IV
  - Somente o I e o IV
  - Somente o I e o II
  - Somente o II e o IV
18. Que operador matemático, é utilizado no programa Microsoft Office Excel 2007, para fazer potenciação?

- ^
- #
- }
- &
- \$

19. Ao ser necessário criar uma “Caixa de Texto”, con-



forme o ícone:  em um documento ativo do programa Microsoft Office Word 2007, utiliza-se que menu?

- Início
- Layout da Página
- Inserir
- Exibição
- Referências



20. O botão:  do Internet Explorer 8, é chamado de

- Download
- Upload
- Conexão
- Parar
- Atualizar

## Conhecimentos Específicos

21. Quanto ao Direito Constitucional, conforme *Mirkine-Guetzévitch* em sua obra “As novas tendências do direito constitucional”, o mesmo afirma ser uma técnica da liberdade. Por esse motivo o direito constitucional delinea uma série de princípios, de conceitos e de instituições que se encontram em vários direitos positivos; já numa forma particular, tem por finalidade o estudo sistemático e interpretativo das instituições jurídico-constitucionais existentes em um determinado país. Assim, podemos conceituar Constituição, num sentido de melhor abrangência de conceito ideal de constituição:
- Constituição em sentido ‘*latu sensu*’ é o ato de constituir, de estabelecer, de firmar, ou, ainda, o modo pelo qual se constitui uma coisa, um ser vivo, um grupo de pessoas, organização, formação.
  - Constituição é o conjunto de leis que rege o país ou um Estado.
  - Constituição é a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estrutura do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- Apenas a I.
- Apenas a I e a II.
- Apenas a II e a III.
- Apenas a I e a III.
- Todas.



22. Assinale a alternativa **correta**, quanto à classificação das constituições.
- a) Quanto ao conteúdo, são materiais ou sintéticas.
  - b) Quanto à estabilidade, são analíticas ou formais.
  - c) Quanto ao modo, de elaboração são escritas ou não escritas.
  - d) Quanto à forma, são dogmáticas ou históricas.
  - e) Quanto à origem, são promulgadas ou outorgadas.
23. **Não** constitui-se fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o que prevê a Constituição Brasileira de 1988:
- a) a cidadania.
  - b) a dignidade da pessoa humana.
  - c) a prevalência dos direitos humanos.
  - d) o pluralismo político.
  - e) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
24. *Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.* A esse princípio corresponde
- a) a presunção de inocência.
  - b) a igualdade de todos receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.
  - c) a liberdade de manifestação.
  - d) a proteção às participações individuais.
  - e) a liberdade de associação ou a permanecer associado.
25. Conforme o que dispõe a Constituição Brasileira, a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário e à licença-paternidade, terão a duração, respectivamente, de
- a) 90 e 8 dias.
  - b) 120 e 5 dias.
  - c) 84 e 5 dias.
  - d) 84 e 10 dias.
  - e) 120 e 10 dias.
26. Assinale a alternativa **incorreta**, face ao que dispõe a Constituição Federal de 1988.
- a) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
  - b) Ao servidor público é proibida a greve, exceto a sindicalização.
  - c) Os abusos cometidos no direito de greve sujeitam os responsáveis às penas da lei.
  - d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
  - e) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
27. Conforme o que dispõe a CF/88, **não** encontra-se prevista a condição de privativo de brasileiro nato, o cargo
- a) da carreira diplomática.
  - b) de Ministro do Tribunal de Contas da União.
  - c) de Presidente da Câmara dos Deputados.
  - d) de oficial das Forças Armadas.
  - e) de Vice-Presidente da República.
28. Assinale a alternativa **correta**, em relação à competência exclusiva do Congresso Nacional, face ao que dispõe a CF/88.
- a) Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
  - b) Dispor sobre moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
  - c) A fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - d) Dispor sobre a transferência temporária do governo federal.
  - e) Dispor sobre criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.
29. Os Deputados e Senadores **não** poderão, desde a expedição do diploma,
- a) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
  - b) patrocinar causa em que seja interessada as entidades a que se refere a Constituição, ou sejam, a autarquia e a empresa pública.
  - c) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
  - d) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades a que se refere a Constituição Federal, ou sejam, a autarquia e a empresa pública.
  - e) ser proprietários de empresa que goze de favores decorrentes de contratos com pessoa jurídica de direito público.
30. Assinale a alternativa **correta**, referente à composição do Conselho Nacional de Justiça.
- a) Compõe-se de 11 (onze) membros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
  - b) É órgão com atuação nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático e dele também participa como membro nato o Ministro da Justiça.
  - c) Compõe-se, dentre outros, de 2 (dois) advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
  - d) Integrado por 9 (nove) membros, tem sede no distrito federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
  - e) Participa, dentre outros, 6 (seis) cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pela Câmara e pelo Senado Federal.

31. De acordo com a legislação federal (Lei 4737/1965 e posteriores), assinale a alternativa **correta**.

- a) Não podem alistar-se eleitores os que não saibam exprimir-se na língua nacional e os analfabetos.
- b) O acostamento é obrigatório para os brasileiros de um e outro sexo em relação aos inválidos.
- c) O voto é obrigatório para os brasileiros de um e outro sexo, em relação aos que, mesmo encontrarem-se fora do seu domicílio.
- d) Qualquer cidadão pode pretender a investidura em cargo eletivo.
- e) O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo quanto ao voto os funcionários civis e os militares, em serviço que os impossibilite de votar.

32. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Juntas Eleitorais e os Juízes Eleitorais constituem-se em órgãos da Justiça Eleitoral.
- b) O número de Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral, e na forma por ele sugerida.
- c) Os Juízes afastados por motivo de licença férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente exceto quando com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.
- d) Os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- e) Os Juízes dos Tribunais Eleitorais, servirão obrigatoriamente por três anos.

33. É causa para cancelamento do título eleitoral, deixar de votar

- a) 2 (duas ) eleições consecutivas.
- b) 3 (três) eleições consecutivas.
- c) 4 (quatro) eleições consecutivas.
- d) 5 (cinco) eleições consecutivas.
- e) 6 (seis) eleições consecutivas.

34. De acordo com o que prevê a legislação eleitoral, assinale a alternativa **correta**.

- a) A urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor.
- b) Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará três por cento (3%) das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três urnas por município, que deverão ter seus votos impressos, contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.
- c) A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas.
- d) O tribunal superior eleitoral disciplinará a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.
- e) A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos poderá ser resolvida pelo juiz eleitoral, que também poderá decidir sobre a conferência de outras urnas.

35. Em relação às normas das eleições previstas pela Lei 9.504/1997 e posteriores, assinale a alternativa **correta**.

- a) Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pela Convenção Nacional, os órgãos superiores do partido poderão, nos termos do respectivo estatuto, anular a deliberação e os atos dela decorrentes.
- b) Do número de vagas resultante das regras previstas nesta Lei, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de vinte e cinco por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.
- c) A denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político.
- d) As anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária, deverão ser comunicadas à Justiça Eleitoral no prazo de quinze (15) dias após a data limite para o registro de candidatos.
- e) Se da anulação, decorrer a necessidade de escolha de novos candidatos, o pedido de registro deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos cinco (5) dias seguintes à deliberação.

36. Conforme a legislação que dispõe sobre normas eleitorais, os partidos políticos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até às \_\_\_\_\_ do dia \_\_\_\_\_ do ano em que se realizarem as eleições.

Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas.

- a) dezessete horas – 1º de julho
  - b) dezoito horas – 1º de julho
  - c) dezenove horas – 5 de julho
  - d) dezenove horas – 30 de junho
  - e) dezoito horas – 5 de julho
37. Terá o eleitor prazo para ser filiado ao respectivo partido, às eleições, majoritárias ou proporcionais, nos casos em que concorrer a cargo eletivo,
- a) pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições.
  - b) de nove meses antes da data fixada para as eleições.
  - c) de seis meses antes da data fixada para as eleições.
  - d) de três meses antes da data fixada para as eleições.
  - e) nenhuma das respostas anteriores está correta.
38. Quanto aos partidos políticos, face à legislação federal nº 9.096/95 e posteriores, assinale a alternativa **correta**.
- a) O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
  - b) É possível ao partido político ministrar instrução militar, bem como adotar uniforme para seus membros.
  - c) O partido político constitui-se de pessoa jurídica de direito público e destina-se a assegurar, no regime democrático e a defender o interesse público.
  - d) Aos filiados de um partido não têm caracterizados como direitos iguais e/ou deveres.
  - e) A exclusividade da denominação do partido político, poderá ser obtida a partir da criação do mesmo, respeitando a soberania nacional.

39. Analise as seguintes afirmativas sobre a restrição de direitos políticos consagrada pela Resolução do TSE nº 21.538/2003.

- I. É considerado documento comprobatório de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos nos casos de perda, a certidão do juízo competente.
- II. É considerado documento comprobatório de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos nos casos de inelegibilidade, a certidão ou outro documento.
- III. É considerado documento comprobatório de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos, nos casos de suspensão, o decreto ou portaria, bem como, a comunicação do Ministério da Justiça.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
  - b) Apenas a II.
  - c) Apenas a III.
  - d) Apenas a I e a II.
  - e) Apenas a II e a III.
40. Poderá se dirigir formalmente ao Juiz Eleitoral, ao Corregedor Regional ou Geral, no âmbito de suas respectivas competências, relato de fatos e indicação de provas para pedir abertura de investigação com o fim de apurar irregularidade no alistamento eleitoral,
- a) qualquer eleitor, partido político ou Ministério Público.
  - b) a Prefeitura Municipal da Comarca.
  - c) qualquer pessoa.
  - d) somente os políticos.
  - e) apenas o Ministério Público.
41. A Administração para realizar o conjunto das atividades que lhe cabem, no cumprimento de seu papel na vida coletiva, o ordenamento lhe confere poderes. No sentido de poder no âmbito do direito administrativo este tem como base a idéia de função. Considere as seguintes afirmações textuais:
- I. Poder hierárquico é aquele quando a autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica.
  - II. Poder regulamentar configura um dos modos de exercício do poder normativo no âmbito do Poder Executivo e destina-se a explicitar o teor das leis, preparando sua execução.
  - III. Poder de polícia é o conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a I e II.
- d) Apenas a II e III.
- e) Todas.



42. Quanto às modalidades de licitação, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Convite é a modalidade de que participam interessados do ramo pertinente ao objeto do futuro contrato, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa.
- b) Concurso é a modalidade de que participam quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- c) Tomada de preços é a modalidade que possibilita a participação de quaisquer interessados que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos no edital; em geral, é utilizada para contratos de grande valor e para a alienação de bens públicos imóveis, podendo esta alienação ocorrer também mediante leilão.
- d) Leilão é a modalidade entre quaisquer interessados, para a venda de bens móveis inservíveis à administração.
- e) Pregão é a modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, permitindo-se seja realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia de informação.

43. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. São considerados como princípios básicos:

- a) a propriedade, a segurança jurídica e a liberdade.
- b) a liberdade, a probidade e a publicidade.
- c) o julgamento objetivo, a probidade administrativa, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a vinculação ao instrumento convocatório.
- d) a legalidade, a pessoalidade, a probidade, a propaganda e a eficiência.
- e) a economicidade, a eficácia, a legitimidade e a legalidade.

44. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- a) nos casos de guerra declarada ou grave perturbação da ordem.
- b) para a contratação de serviços técnicos enumerados na lei das licitações, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
- c) para a contratação de serviços de publicidade e divulgação.
- d) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- e) nas compras e contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas militares e seus meios de deslocamento.

45. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A administração indireta compreende as entidades dotadas de personalidade jurídica própria que estão indicadas no Decreto-Lei 200/1967.
- b) A administração direta federal se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
- c) A administração direta é o conjunto dos órgãos integrados na estrutura da chefia do Executivo e na estrutura dos órgãos auxiliares da chefia do Executivo.
- d) São entes da Administração direta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e as fundações públicas.
- e) As autarquias são dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, são sujeitas de direitos e encargos, no mundo jurídico, por si próprias.

46. São considerados requisitos do ato administrativo:

- a) presunção de legitimidade, imperatividade, executoriedade.
- b) império, gestão e vontade.
- c) conteúdo e forma, constitutivo, declaratório e enunciativo.
- d) sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.
- e) perfeito, imperfeito, pendente e consumado.

47. Agente público é a pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta. Logo

- a) os agentes políticos são os servidores públicos, os militares e os particulares em colaboração com o Poder Público.
- b) os servidores estatutários, sujeitos ao regime estatutário, são aqueles ocupantes de emprego público, também considerados como empregados públicos.
- c) os servidores temporários possuem vínculo a cargo ou emprego público, pois, exercem função.
- d) a Constituição brasileira de 1988 não substituiu a expressão funcionário público, permanecendo na redação do 'caput' do art. 37 da CF/88.
- e) todas alternativas anteriores estão incorretas.

48. Do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) O controle administrativo constitui-se quanto ao órgão que o exerce.
- b) O controle judicial é o poder de fiscalização e correção que a administração pública exerce sobre sua própria atuação.
- c) Controle legislativo constitui, juntamente com o princípio da legalidade, um dos fundamentos em que repousa o estado de direito, no qual tem o monopólio da função jurisdicional.
- d) Com relação aos atos políticos estes são insuscetíveis de apreciação judicial, por força constitucional.
- e) Os atos 'interna corporis', em regra são apreciados pelo poder judiciário, porque estabelecem normas sobre o funcionamento interno dos órgãos.

49. Segundo o administrativista brasileiro José Cretella Júnior (in Revista de Informação Legislativa, v. 97:7) princípios de uma ciência “são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios neste sentido, são os alicerces da vida”. A Constituição Federal de 1988 faz expressa menção a alguns dos princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta. Logo, são considerados como princípios:

- a) da identidade e o da razão suficiente.
- b) da causalidade e do princípio em não prejudicar a outrem.
- c) gerais de direito.
- d) que informam o direito civil, o direito do trabalho e o direito penal.
- e) da publicidade, da moralidade, da legalidade, da eficiência e da impessoalidade.

50. Não se constitui como característica da descentralização administrativa:

- a) capacidade singular.
- b) capacidade de autoadministração.
- c) delimitação geográfica.
- d) sujeição a controle pelo poder central.
- e) personalidade jurídica de direito público.

### **Normas aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

51. Referente ao Processo Administrativo Disciplinar decorrente da Lei 8.112/90 e posteriores, da Sindicância poderá resultar o arquivamento do processo, a aplicação de penalidade de advertência ou a suspensão do servidor público, ou ainda, a instauração de processo disciplinar. Em se tratando de aplicação de suspensão, esta pena poderá importar num prazo de até

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

52. Não será imposta ao servidor, cujo ilícito tenha praticado, e, portanto, deixará de instaurar o processo disciplinar, **apenas** no seguinte caso:

- a) demissão.
- b) cassação de aposentadoria.
- c) destituição de cargo em comissão.
- d) suspensão por mais de 30 dias.
- e) advertência.

53. Assinale a alternativa **correta**, face o que dispõe a Lei 8.112/93 e posteriores.

- a) O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.
- b) No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.
- c) Da revisão do processo poderá resultar agravamento de penalidade.
- d) O prazo para julgamento da revisão do processo, será de trinta dias.
- e) A revisão não correrá em apenso ao processo originário.

54. Assinale a alternativa **incorreta**, face o Regime Jurídico dos Servidores Públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas quanto às penalidades disciplinares.

- a) multa.
- b) advertência.
- c) destituição de função comissionada.
- d) demissão.
- e) suspensão.

55. O servidor público poderá ter a demissão aplicada, **exceto** no seguinte caso:

- a) inassiduidade habitual.
- b) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- c) acumulação ilegal de cargos.
- d) proceder de forma desidiosa.
- e) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

### **Regimento Interno do TRE - PE**

56. Não se constitui indenização ao servidor:

- a) ajuda de custo.
- b) transporte.
- c) diárias.
- d) auxílio-moradia.
- e) hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de até 45 dias.

57. O valor do auxílio-moradia não poderá superar o percentual da remuneração de Ministro de Estado, correspondente a

- a) 50%.
- b) 45%.
- c) 30%.
- d) 25%.
- e) 10%.

58. A posse dos desembargadores eleitorais, contados da vacância do cargo (no caso dos magistrados) e da publicação oficial da nomeação (na hipótese dos juristas) dar-se-á no prazo de

- a) 10 dias.
- b) 20 dias.
- c) dentro de 30 dias.
- d) dentro de 60 dias.
- e) dentro de 90 dias.

59. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O desembargador eleitoral licenciado não poderá exercer qualquer das suas funções jurisdicionais ou administrativas.
- b) O presidente do TRE permanecerá em exercício durante os períodos de recesso, não podendo gozar suas férias isoladamente.
- c) Em caso de afastamento do Presidente do TRE, permanecerá em exercício o corregedor regional eleitoral, e, na sua impossibilidade, será convocado o suplente.
- d) O corregedor regional eleitoral, caso exija o serviço eleitoral, permanecerá em exercício durante o recesso, não podendo gozar suas férias isoladamente.
- e) Compete ao Vice-Presidente do TRE conceder suprimientos de fundos, nos termos de resolução.

60. Não é da competência do corregedor regional eleitoral:

- a) presidir a comissão do regimento interno.
- b) orientar os juízes eleitorais relativamente à regularidade dos serviços nos respectivos juízos e cartórios.
- c) determinar, de ofício, a abertura e a realização de sindicância contra juízes e servidores eleitorais atendidos o que dispõe a Resolução nº 120/2009.
- d) presidir a instrução e relatar os processos de crimes eleitorais instaurados contra juízes eleitorais.
- e) delegar aos juízes eleitorais atribuições não privativas, relativamente à disciplina do serviço eleitoral.

